

Regimento do Senado impõe limite de faltas

BRASÍLIA — O Senado aprovou ontem seu novo regimento interno, que depende ainda de votação da redação final e de promulgação para entrar em vigor. Com o novo regimento, os senadores terão direito de faltar até cinco votações em um mês, mas, a partir da sexta falta, terão descontados nos salários todos os dias de ausência.

A aprovação do regimento interno do Senado — seis meses e um dia após a promulgação da nova Constituição — ocorreu depois de dois dias de discussão e de um processo de obstrução dos trabalhos por parte dos líderes dos pequenos partidos. A reação desses líderes foi contra um dispositivo do regimento interno que só permite a existência de liderança para partidos com, no mínimo, três parlamentares. O acordo foi feito de modo a que os atuais líderes de pequenos partidos permaneçam nessa condição pelo menos até o fim da atual legislatura (1º de fevereiro de 1991, quando serão empossados os senadores eleitos em 1990).

O acordo permitiu, também, que dentro de 90 dias o regimento interno possa sofrer alterações. Garantiu ainda o encurtamento da sessão, pois os pequenos partidos prometiam uma obstrução — com pedidos de verificação a cada votação — de cada uma das mais de cem votações de emendas e desta-

ques. Pelo novo regimento, entre um pedido de verificação e outro deverá haver um intervalo de uma hora, e a verificação só poderá ser pedida por, no mínimo, quatro senadores ou líder que represente esse número.

Na avaliação do relator do regimento interno, senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), o mais importante do novo regimento é o poder dado às comissões técnicas (que serão apenas sete, podendo, cada uma, se subdividir em até quatro), que passam a ter poder fiscalizador e de decisão final sobre projetos de lei do Senado, com decisão sempre por maioria absoluta. Pelo atual regimento, não há limite para o número de comissões.

Na próxima semana deverá ser votada a redação final e promulgado o novo regimento interno do Senado, que o presidente da casa, Nelson Carneiro (PMDB-RJ), tenta aprovar há mais de duas semanas. Ontem, Carneiro chamou a atenção do plenário para o fato de que tem sido muito boa a frequência dos senadores. Nas últimas semanas, Carneiro se empenhou em punir os faltosos. Sexta-feira, o próprio senador pediu aos funcionários da Mesa que descontassem um dia de seu salário (um trigésimo do total) por ele ter se ausentado de Brasília, devido a compromissos assumidos no Rio.



André Dusek/AE

Carneiro: sessões concorridas